



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

**Requerente:** Comissão Permanente de Licitação

**Interessado:** Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social

**Assunto:** Dispensa de Licitação nº 7/2019-004. Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, para atender o Departamento de Identificação Civil da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social deste Município.

### Parecer Jurídico

Versam os presentes autos administrativos, de licitação, levado a efeito por meio de dispensa de licitação, tombado sob o n. 7/2019-004, com o objetivo de contratar empresa prestadora de serviços de tecnologia da informação e comunicação, para atender o Departamento de Identificação Civil da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social deste Município, encaminhados a esta assessoria jurídica para parecer, com os seguintes documentos:

- a) Solicitações e autorizações;
- b) Proposta Comercial nº 0170/2019;
- c) Declaração de crédito orçamentário;
- d) Certidão Negativa de Débito;
- e) Portaria de nomeação da CPL;
- f) Minuta do Contrato;

O Processo Administrativo de Dispensa de Licitação tem como justificativa a necessidade de melhorar o atendimento aos usuários da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, fornecendo os serviços de licença de uso anual ao sistema específico de Identificação Civil da Secretaria de Estado de Segurança Pública para a Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, e, atendimento ao Convênio nº 012/2018, entre a PMRP e a PC/PA.

Inicialmente insta destacar que a natureza do processo licitatório é, ordinariamente, o atendimento de demanda pública, em apreço à livre concorrência e à captação de preço justo e mais vantajoso à administração, elementos colhidos no espírito da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

É certo que, via de regra, exige-se o processamento de regular concorrência, *latu sensu*, de preços, a fim de apurar a melhor oferta, todavia, essa regra que emerge de espírito constitucional e encontra reflexo nas legislações ordinárias de regência, é mitigada, quando a própria lei de licitações excepciona casos em que se dispensa o procedimento licitatório.

Vê-se, assim, que esse princípio-norma encontra-se inserto no artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93, Lei das Licitações e Contratos e foi criteriosamente observado, vez que a Administração não pode descumprir as normas e disposições legais. Vejamos o que nos diz o norma, *in verbis*:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ  
PODER EXECUTIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para **prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico**; (grifo nosso)*

Quando incidente quaisquer dos casos enumerados no artigo 24 da Lei 8.666/93, dispensável é a deflagração de processo administrativo, o que simplifica demasiadamente a atuação da administração, otimizando seu desempenho.

Na contratação direta, o que é dispensado é o processo licitatório e não o processo administrativo. Logo o Administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar mesmo nesses casos, a prevalência dos princípios constitucionais da Administração Pública.

O art. 26 da Lei 8.666/93 determina etapas e formalidades na contratação direta, uma vez que outras nuances devem ser observadas, a exemplo do preço, que há de ser verificado em comparação com o que se pratica no mercado, a fim de evitar a ocorrência de prejuízos ao erário público, já que sempre se objetiva, independentemente da situação, a proposta mais vantajosa à administração.

Importante se faz a distinção entre a dispensa e a inexigibilidade da licitação, já que ambas pressupõe contratação direta. Para tanto, nos escoramos na doutrina de Maria Sylvia Zanella di Pietro, em Direito Administrativo, Editora Atlas, 12ª Edição, página 302:

*A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.*

Marçal Justen Filho, nos Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 8ª edição, página 233, 277 e 278 também trata do assunto:

*Pode-se afirmar que a dispensa pressupõe uma licitação 'exigível'. É inexigível a licitação quando a disputa for inviável. Havendo viabilidade de disputa é obrigatória a licitação, excetuando-se os casos de 'dispensa' imposta por lei.*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDON DO PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**ASSESSORIA JURÍDICA**

*Sob esse ângulo, a inexigibilidade deriva da natureza das coisas, enquanto a dispensa é produto da vontade legislativa. Esse é o motivo pelo qual as hipóteses de inexigibilidade, indicadas em lei, são meramente exemplificativas, enquanto as de dispensa são exaustivas.*

É, portanto, de dispensa o caso dos autos, estando perfeitamente justificável a contratação, em razão da necessidade da continuidade do serviço público.

Verifica-se também, estarem atendidas as exigências contidas no citado artigo 26 da Lei de Licitações, que devem, necessariamente, integrar o corpo dos autos, a fim de conferir-lhe legalidade e adequação, essencialmente, no que tange à justificativa de preço.

Ressalto apenas que, deverá constar dos autos, o cumprimento da exigência de publicação do ato na imprensa oficial no prazo de 05 dias, no mais, verifico estarem atendidos no procedimento os requisitos legais, sendo viável a contratação direta, com a regular e necessária celebração do contrato respectivo, se, evidentemente, observados os demais critérios de ordem discricionária atribuídos à administração pública.

Assim como, presentes na minuta de contrato os requisitos de contratação, as obrigações das partes e penalidades contratuais, circunstâncias que cumprem o exigido da lei de regência.

Assim, perfeitamente atendidas as exigências legais, atendendo as viabilidades legal da contratação direta por dispensa de licitação, firmada com fundamento no artigo 24, inciso XVI, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, opina esta assessoria jurídica pelo prosseguimento regular do feito.

É o parecer, que elevo a superior consideração. SMJ.

Rondon do Pará/PA, 09 de agosto de 2019.

**VALÉRIA CRISTINA DE CARVALHO ROSA**  
OAB/PA 29.315-A